

CULTURA MILITAR NO CPM/ALAGOINHAS: APONTAMENTOS SOBRE DISCIPLINA, GÊNERO E “RAÇA” NO COTIDIANO ESCOLAR

Célio de Souza Mota

Resumo: O presente artigo procura analisar como a disciplina militar constitutiva de um colégio da Polícia Militar da Bahia afeta os sentimentos de pertencimentos a marcadores sociais dos discentes do ensino médio. O objetivo é entender em que medida a normatização de comportamentos através da disciplina pode criar representações dos discentes no âmbito interno e extramuros escolar, e, como os alunos (as) veem a disciplina em seu cotidiano. Para tanto, foi utilizado questionários para todos os alunos (as) cinquenta e dois alunos (as) do ensino médio concluintes em 2019, bem como foram entrevistados onze ex-discentes do colégio que concluíram o ensino médio entre os anos de 2017 e 2018. Mediante a pesquisa participante, própria da etnografia, buscou-se compreender os impactos da cultura militar analisando a instituição do colégio cívico-militar e agência dos sujeitos. Neste singular, a concepção de disciplina proposta por Paulo Freire e o conceito de poder disciplinar formulado por Michael Foucault foram articulados a contrapelo para consubstanciar a análise.

Palavras-Chave: Cultura militar. Disciplina. Raça. Sexualidade e gênero.

MILITARY CULTURE IN CPM/ALAGOINHAS: NOTES ABOUT DISCIPLINE, GENDER AND “RACE” IN SCHOOL DAILY

Abstract: The purpose of this article is to analyze how the military discipline that constitutes a College of the Military Police in Bahia affects the feelings of belonging to social markers of high school students. The objective is to understand to what extent the standardization of behaviors through the discipline can create representations of students within and outside the school, and how students see the discipline in their daily lives. For this purpose, questionnaires were used for all fifty-two high school students completing in 2019, and eleven former high school students who completed high school between 2017 and 2018 were interviewed. Through participatory research, typical of ethnography, we sought to understand the impacts of military culture by analyzing the institution of the civic-military College and the subjects' agency. In this singular, the concept of discipline proposed by Paulo Freire and the concept of disciplinary power formulated by Michael Foucault were articulated against the grain to substantiate the analysis.

Keywords: Military culture. Discipline. Race. Sexuality and gender.

Introdução

Como disse alhures¹, as escolas cívico-militares², como é o caso dos Colégios da Polícia Militar da Bahia, têm sofrido severas críticas em seu modelo educacional lastreado na cultura militar, na hierarquia e disciplina que possivelmente mitigaria o pensamento crítico. E provavelmente reforçar as hierarquias sociais constituindo “corpos dóceis e úteis” necessários à produção capitalista. De outro lado, os discentes dos Colégios da Polícia Militar da Bahia têm se destacado nos exames que avaliam a educação básica – como IDEB e no ENEM³ – dentre os demais colégios da rede estadual de ensino. Em Alagoínhas, o CPM Professor Carlos Rosa desde 2016 fica entre os sete melhores entre os colégios públicos e privados, inclusive, à frente do IFBA⁴. Isto tem atraído a atenção de pais fato demonstrado na demanda de matrículas (MOTA, 2019). Concomitantemente, agentes políticos de diferentes correntes políticas usam a cultura organizacional calcada na disciplina militar para criar um discurso político favorável à inserção desses colégios como modelo educacional e solução para os graves problemas da educação⁵. Arelado ao avanço das pautas neoliberais e ao processo de mercantilização da educação escolar esse discurso contribui para a precarização da educação

¹ Este artigo é produto das pesquisas realizadas durante o curso de especialização em raça/etnia, gênero e sexualidades na formação de professores (as) no CEGRESFE/DIADORIM/UNEB que resultou na monografia: *A disciplina “pré-policia militar” no CPM Alagoínhas: poder disciplinar, relações raciais e de gênero entre alunos (as) do Ensino Médio (2017 a 2019)*. Destarte, boa parte do conteúdo deste artigo é oriundo daquela pesquisa.

² Não foi escopo dessa pesquisa analisar os projetos do atuais do governo estadual e federal — através do MEC — que versam sobre a implantação de gestão compartilhada entre forças militares, escolas e colégios municipais, nem tampouco a influência do movimento “Escola sem Partido” no âmbito do CPM, em virtude da limitação do objeto desta investigação.

³ Para saber mais sobre o rendimento dos discentes do CPM no período de 2010 a 2018 nas avaliações do IDEB e do ENEM ver: Celio de Souza Mota. *A disciplina “pré-policia militar” no CPM Alagoínhas: poder disciplinar, relações raciais e de gênero entre alunos (as) do Ensino Médio (2017 a 2019)*. Monografia (Especialização em gênero, raça/etnia e sexualidade na formação de educadoras (es)). UNEB — Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019. Especialmente o capítulo 4 intitulado *Rendimento dos ex-discentes do CPM Alagoínhas no ENEM*: singularidades do CPM em questão.

⁴ Disponível em: <https://www.elitecampinas.com.br/vestibulares/enem/ranking/index.asp>. Acesso em: 24 ago. 2019.

⁵ Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/03/escola-civico-militar-e-uma-opcao-para-todo-o-pais-veja-pros-e-contras.htm>. Acesso em: 03 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/com-aval-de-governo-do-pt-bahia-chega-a-83-escolas-militarizadas.shtml>. Acesso em: 3 dez. 2020.

pública, uma vez que, mistifica o rendimento escolar daqueles discentes dos CPM nesses exames em comparação com os demais colégios, considerando como parâmetro a rigidez disciplinar.

Os discentes não são indiferentes a esse contexto. Isto nos provoca a interrogar em que medida a cultura organizacional dos colégios cívico-militares impactam nos sentimentos de pertencimentos dos sujeitos? Como se veem? Como percebem a disciplina no processo de aprendizado-ensino-aprendizado? Qual a representação social que se faz do *status* do estudante CPM? Como são vistos? Tais questões exigem certamente pesquisas mais aquilatadas além dos resultados parciais que apresento neste texto.

Assim, este artigo procura analisar como a disciplina militar constitutiva de um colégio da Polícia Militar da Bahia (PMBA) afeta os sentimentos de pertencimentos a marcadores sociais. Além disso, procurei entender em que medida a normatização de comportamentos através da disciplina pode criar representações dos discentes no âmbito interno e extramuros escolar do Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa. E como os alunos veem a disciplina em seu cotidiano. Ressalta-se que não se fez um exame exaustivo em razão da delimitação do objeto.

Usei os procedimentos da etnografia, pois esses permitem combinar uma série de fontes e métodos de coleta. Isto permite uma análise do cotidiano escolar, tão diverso e plural, que articula o teórico e o empírico a partir da observação dos diferentes agentes sociais. Deste modo, foi usado como método de coleta questionários para todos os alunos (as) do ensino médio do concluintes em 2019 do Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa – daqui por diante CPM –, no total de cinquenta e dois alunos (as).⁶ Além disso foram entrevistados e submetidos a questionários semelhantes onze ex-discentes do CPM que concluíram o ensino médio naquele colégio entre 2017 e

⁶ Adotou-se a estratégia de não exigir a identificação pessoal e nem a turma dos discentes para que as respostas fossem mais espontâneas. Os questionários tiveram como objetivo fornecer dados que pudessem ser seriados e depois confrontados com as informações colhidas através das entrevistas, observação participante, jornais e outras fontes. Assim, buscou-se dialogar com fontes quantitativas e qualitativas para consubstanciar o produto da presente pesquisa.

2018⁷. Com isso foi possível traçar o perfil sociológico dos ex-discentes do CPM do período de 2017 a 2019, em relação a classe social, raça, gênero e orientação sexual o que facilitou situá-los socialmente bem como descrever aspectos de como lidam com seus sentimentos de pertencimentos.

Para essa empreitada articulei a concepção de Paulo Freire (1997), no que tange a seu entendimento sobre disciplina no ambiente escolar, em diálogo com a do filósofo Michael Foucault (1987), especialmente, através do conceito de poder disciplinar. Ambos, por perspectivas diferentes permitem problematizar a cultura e a disciplina militar presente no CPM Professor Carlos Rosa, seus impactos nos “círculos culturais” e seus reflexos em relação ao controle e domínio do corpo e nas representações sociais.

Retomando Michel Foucault, José Carlos Libâneo nos diz que:

sistema educativo enquanto poder [que] cria um saber para exercer controle sobre as pessoas, razão para lançar descrédito sobre a pedagogia, já que seu papel é formar o sujeito da modernidade, isto é, o sujeito submisso, disciplinado, submetido ao poder do outro. O saber está, pois, comprometido com o poder, sendo que essas relações de poder estão onipresentes, exercidos nas mais variadas instâncias como a família, a escola, a sala de aula. Se pode existir uma pedagogia, ela será desconstrutiva dos discursos, não construtiva. Muda o papel do professor, ele não pode mais ser aquele que forma a consciência crítica, que manipula as subjetividades dos alunos. A partir de temas centrais como o poder, a linguagem e a cultura, o pós-estruturalismo discute questões como a identidade/diferença, a subjetividade, os significados e as práticas discursivas, as relações gênero-raça-etnia-sexualidade, o multiculturalismo, os estudos culturais e os estudos feministas [...] (acréscimo meu) (LIBÂNEO, 2005, p. 18-19).

⁷ Esses (as) estudantes foram escolhidos aleatoriamente a partir da disponibilidade deles. Na pesquisa optou-se em não identifica-los na transcrição de seus depoimentos.

Deste modo, o sistema educativo torna o “sujeito submisso, disciplinado, submetido ao poder do outro”. Para tanto, é necessária uma regulamentação que obrigue a homogeneização.

A escola é uma instituição social de socialização ideológica, cujos espectros políticos estão em constante disputa por hegemonia, mormente, nas escolas públicas. Portanto, o CPM não é diferente. Conforme Silva e Melo (2011) a educação participa da construção das múltiplas identidades pessoais, correlacionando diversos marcadores sociais, dentre eles as identidades raciais e de gênero.

Para consubstanciar a análise do objeto e os sujeitos é preciso também conhecer o *locus* de pesquisa; a instituição social, neste caso o CPM Professor Carlos Rosa. Assim, é necessário entrelaçar a agência dos atores sociais e a instituição social, pois oferece o desnudamento mais próximo da realidade objetiva. Por conseguinte, conhecer, mesmo que parcialmente, a história dos colégios cívico-militares; sua função e suas diferenças são basilares para nosso entendimento da socialização da cultura policial militar e a constituição desses sujeitos no âmbito escolar.

Assim, mapeio a inserção do ensino militar na Bahia com ênfase no objetivo, organização, especificidades das distintas escolas cívico-militares. Em seguida, analiso como o poder disciplinar é socializado no ambiente escolar e se estende para fora dos seus muros e cria imagens de comportamentos esperados dos discentes CPM. E, por fim, trago à baila a percepção dos ex-discentes acerca do impacto da disciplina policial militar nos diversos marcadores sociais que os atravessam e em sua vida fora do colégio.

Colégio Militar de Salvador: os anos iniciais do ensino militar na Bahia

Ao pensarmos em Colégio da Polícia Militar imediatamente se associa a um ensino militar, em razão das polícias militares serem forças auxiliares e reserva do Exército – conforme o § 6º do artigo 144 da Constituição Federal de 1988 – e consubstanciarem seus regulamentos e cultura organizacional com base no Exército. Apesar da estrutura organizacional similares, as funções do Exército e da Polícia Militar, a história

e cultura organizacional são completamente distintas. Isso impacta diretamente no processo de socialização na área educacional. Por exemplo, a função precípua da Polícia Militar – manutenção da ordem pública através do policiamento ostensivo – é de natureza civil, enquanto que a função do Exército de defesa interna e externa contra um inimigo que ameace a soberania nacional é de natureza estritamente militar.

Segundo Nogueira (2014, p. 148), ainda no período colonial, o “processo educacional do Exército passou por várias fases”, tendo como escopo a formação de militares para a conquista e conservação do território ocupado pelo Império português. O objetivo de formar os próprios quadros para ocuparem suas fileiras é o lastro da educação militar do Exército que inspirou as polícias militares. Portanto, a formação educacional do integrante de cada força com vistas a exercer suas respectivas funções tem sua grade curricular própria de acordo as funções precípuas de cada instituição.

Em 1889 foi criado o primeiro Colégio Militar do Brasil, situado no Rio de Janeiro, hoje denominado Colégio Militar do Rio de Janeiro, integrante da rede de ensino militar denominada de Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB). Naquela época, a finalidade era estabelecer uma reserva para os filhos de militares possivelmente para possibilita-los a seguir carreira nas fileiras do Exército no oficialato⁸. Em 1913 é criada, no Rio de Janeiro, a Escola Militar de Realengo, unificando todas as escolas militares. A Escola Militar do Realengo passou a formar a elite dos oficiais do Exército, se destacando pela politização de parte de seus alunos; pois havia dois grupos distintos, a saber, um grupo de militares preocupado apenas com as atividades profissionais; e “outro grupo, mais politizado, que participou ativamente das agitações políticas dos anos de 1920” (NOGUEIRA, 2014, p. 157). Ainda, conforme o autor, imediatamente foram efetuadas mudanças na educação militar para evitar a politização dos oficiais. Segundo Jesus (2017, p. 2) a partir da década de 1930 o Exército influenciou o campo educacional brasileiro com vistas à construção

⁸ Nas forças armadas a hierarquia divide-se em dois círculos fundamentais: círculo de praças e o de oficiais, com variações nas graduações e postos, conforme cada força. O quadro dirigente que recebe a carta patente integra o círculo dos oficiais, enquanto os subalternos pertencem ao círculo de praças.

da nacionalidade. Para alcançar esse objetivo, “a educação no próprio Exército assumiu a função de disciplinamento que com o tempo substituiu os velhos e ultrapassados castigos físicos por disciplinas como a educação moral e cívica, familiar, religiosa e nacionalista, de modo a garantir a ordem propugnada pelo Estado e pela Igreja” (JESUS, 2017, p. 2). Tal processo recrudescer durante o período da ditadura civil-militar de 1964-1985.

Contudo, como disse em outro lugar, em 1996, já no período avançado da chamada redemocratização, a lei nº 9.394/96 (LDB) dispôs sobre o ensino militar, equivalendo-o às normas dos sistemas de ensino. No artigo 83 diz: “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” A regulamentação desse ensino coube à lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que tratou sobre o sistema de ensino no Exército. A finalidade do sistema de ensino do Exército está preconizada no artigo 1º dessa lei: o sistema tem características próprias e visa “qualificar recursos humanos para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas, na paz e na guerra, em sua organização”. Esta lei estabeleceu que o sistema de ensino do Exército lastreava-se nos princípios: integração à educação nacional; seleção pelo mérito; profissionalização continuada e progressiva; avaliação integral, contínua e cumulativa; pluralismo pedagógico; aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência e titulações e graus universitários próprios ou equivalentes às de outros sistemas de ensino (BRASIL, 1999). Logo, definiu as atitudes e comportamentos que deveriam ser valorizados, normatizados e esperados. Tais comportamentos estão elencados no artigo 4º daquela lei, quais sejam: integração permanente com a sociedade; preservação das tradições nacionais e militares; educação integral; assimilação e prática dos deveres, dos valores e das virtudes militares; condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes funcionais; atualização científica e tecnológica e desenvolvimento do pensamento estruturado. Portanto, vemos explicitamente uma preocupação com a cultura militar, refletida na preservação das tradições nacionais, valores e virtudes militares.

É de bom alvitre lembrar a lição de Foucault (1987, p. 118) o “condicionamento diferenciado dos reflexos e atitudes funcionais” guarda estreita observância aos objetivos do poder disciplinar: construção de “corpos

úteis e dóceis”. O poder disciplinar nesta perspectiva tem o condão de fazer com que os indivíduos ajam em “prol da manutenção de determinado padrão de atitudes e de comportamentos e, conseqüentemente, da população” (SANTOS, 2010, p. 86). Segundo Santos, para alcançar esses objetivos são utilizadas normas, controle, disciplina e a polícia para “administrar e articular suas técnicas de subjetivação e adestramento”.

Conforme Mota (2019) embora essa regulamentação esteja voltada para a formação do militar do Exército, os mesmos princípios irão influenciar os colégios militares do Exército da educação básica, pois o sistema de ensino do Exército prevê que colégios militares mantenha “regime disciplinar de natureza educativa, compatível com a sua atividade preparatória para a carreira militar” (BRASIL, 1999). Deste modo, como se vê a rede de ensino militar do Exército contempla duas instâncias: a formação do militar propriamente dito e os cursos de educação básica com vistas a formar seus quadros notadamente também criar uma reserva para os (as) filhos (as) dos militares do Exército. Entretanto, a constituição de uma identidade masculina viril estará presente nessas duas instâncias, uma vez que, a socialização da primeira alimenta a segunda. Na Bahia o Colégio Militar de Salvador foi fundado pelo Exército em 28 de janeiro de 1957⁹. Esse colégio é uma unidade acadêmica do Exército brasileiro e é subordinado à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. Por conseguinte, a administração técnico-pedagógica é de sua inteira responsabilidade. A forma de ingresso nesse colégio se dá por duas vias: exame intelectual (concurso) e condições especiais (reserva para os filhos (as) dependentes dos militares do Exército)¹⁰. Essa forma de ingresso, possivelmente, contribui para o perfil sociológico dos discentes privilegiando as classes médias, sobretudo, com corte racial branco. Embora, não se tenha dados estatísticos para confirmar, é razoável inferir que

⁹ Cf. Andrea Reis de Jesus o decreto 40.843 de 28 de janeiro de 1957, assinado pelo Presidente Kubistchek, cria o Colégio Militar de Salvador, vinculado diretamente ao Ministério da Guerra e às Forças Armadas, especialmente o Exército, e provisoriamente instalado no prédio situado à Rua Agripina Dórea, nº 26, em Pitangueiras, onde funcionava o Instituto de Preservação e Reforma do Estado. www.cms.ensino.eb.br.

¹⁰ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_Militar_de_Salvador. Acesso em: 9 out. 2021.

o concurso para o ingresso, sem cota sociorracial, favoreça os candidatos com capital cultural e econômico, geralmente oriundos de famílias brancas e da classe média. De outro lado, as condições especiais representam uma cota para os filhos (as) de militares especialmente os oficiais que provavelmente são oriundos de mesma classificação sociológica.

O nascimento do Colégio da Polícia Militar da Bahia e a rede CPM

O primeiro Colégio da Polícia Militar da Bahia foi criado pelo Decreto de nº 16.765, de 09 de abril de 1957. Segundo Jesus (2011, p. 51-52) a criação desse colégio foi uma iniciativa pessoal do governador Antônio Balbino, que buscou imitar o Exército quando criou o Colégio Militar de Salvador. Ainda segundo a autora a criação desse colégio sob a direção da Polícia Militar prosseguiu “uma tradição das forças militares no Brasil: criar e manter instituições militares de ensino com o objetivo de atender aos filhos dos próprios militares” (JESUS, 2011, p. 53). O Boletim Geral Especial de 01 de julho de 1958 assim aludia: “Que este colégio Estadual da PM, forme brasileiros e soldados que nas emergências difíceis da pátria saibam honrar a Bahia e morrer pelo Brasil” (JESUS, 2011, p. 61). Ao que parece, tratou-se de construir uma representação de “masculinidade viril” dentro do Colégio da Polícia Militar para os alunos sob o reflexo do comportamento esperado no soldado do Exército, até porque, até então, os discentes eram todos do sexo masculino. Associar honra, civismo e sacrifício da vida em defesa da pátria apareciam como uma função “tipicamente” do gênero masculino.

Segundo Mota (2019) o CPM começa a se efetivar a partir da década de 1960, uma vez que o aumento por matrículas foi significativo, demandando a ampliação das instalações, como se vê nas publicações do Diário Oficial do Estado nº 7148 e 7149, de 17 e 18/07/1965. Somente com as mudanças ocorridas no final da década de 1980 no efetivo da PMBA é que o público feminino terá acesso ao Colégio da Polícia Militar. Conforme Queiroz (2017, p. 110), a admissão da mulher nas fileiras da Polícia Militar da Bahia só teve início a partir de 12 de outubro de 1989, quando o Decreto Governamental de número 2.905 criou a Companhia de Polícia Militar Feminina na região metropolitana de Salvador, podendo eventualmente atuar em todo o território do Estado da Bahia. Ressalta a autora que esse ingresso foi um “rito de passagem”, pois ao

mesmo tempo em que a instituição investia no “encontro das diferenças por perceber a diversidade como fonte de saber, engrandecimento e enriquecimento”, a PMBA não estava preparada para lidar com as singularidades do sexo feminino. Assim, gerou-se uma série de tensões à receptividade das mulheres.

À época era reiterado se ouvir que “o ingresso da mulher nos seus quadros descaracterizaria a Instituição por ‘enfraquecê-la’ quantos aos conceitos de virilidade, força e *ethos* guerreiro, valores e conceitos sobre os quais se forjaram sua trajetória sesquicentenária” (QUEIROZ, 2017, p. 114). Contudo, o ingresso das mulheres na PMBA impactou os colégios de educação básica. Pois a partir de 1994 foram admitidas as primeiras estudantes do sexo feminino a partir da 5ª série do ensino fundamental. É provável que essas questões ligadas às relações de gênero também tenham permeado o ambiente escolar, sobretudo, nos anos iniciais tornando-o mais plural, dinâmico e, certamente, tenso e conflituoso.

A partir de 1998 o modelo do Colégio Estadual da Polícia Militar se expande e o subúrbio de Salvador ganha um Colégio da Polícia Militar no bairro do Lobato. Segundo Jesus (2011, p. 128) o antigo João Florêncio Gomes transformou-se no CPM da Ribeira; em 2007 foi a vez de uma parte do Colégio Luís Tarquínio transformar-se em Colégio da Polícia Militar. Atendendo a um clamor dos policiais militares do interior e da população local, a partir de 2005 o governo estadual leva a experiência do modelo CPM para as cidades de Juazeiro, Itabuna, Alagoinhas, Teixeira de Freitas, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié e Candeias, onde alguns colégios da rede estadual de ensino passaram a ser administrados pela Polícia Militar da Bahia (MOTA, 2019). Essa mesma política foi adotada em 2018 pelo atual governo, que transformou o Colégio Estadual Dona Leonor Calmon, situado em Cajazeiras, na Capital, em Colégio da Polícia Militar, tornando-o o 14º Colégio da Polícia Militar e o 5º na capital. De outro lado, o Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas anexou o antigo colégio estadual Polivalente que fazia fronteira com o colégio administrado pela PM gerando expectativa pelo aumento de vagas (REDAÇÃO, 2018).

Diferente do Colégio Militar de Salvador o ingresso no CPM não é realizado através de prova intelectual, mas mediante sorteio eletrônico. O edital de abertura de inscrições nº 001 – SEC/PM/2016-2017 concernente ao Processo Seletivo para Admissão de Alunos nas Unidades do Colégio da Polícia Militar para o ano letivo de 2017 em seu item 1 estabelece que para os CPM situados no interior da Bahia 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos filhos de militares estaduais e servidores públicos civis da PMBA e CBMBA, professores e demais servidores públicos civis da SEC colocados à disposição das Unidades do CPM/BA e 50% (cinquenta por cento) para filhos de outros cidadãos. Nos CPM da capital 70% (setenta por cento) das vagas foram destinadas aos filhos de militares estaduais e servidores públicos civis da PMBA e CBMBA, professores e demais servidores públicos civis da SEC colocados à disposição das Unidades do CPM/BA e 30% (trinta por cento) para filhos de outros cidadãos¹¹. Esse processo seletivo, ao que tudo indica, é mais democrático, pois contempla um perfil sociorracial dos discentes mais diverso. Na verdade, Mota (2019, p. 74-87) detectou que o perfil dos estudantes em relação à raça, orientação sexual, gênero e classe social é similar a dos outros colégios da rede estadual de ensino, como o CELNB – Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito situado em Alagoinhas. Segundo o autor, em ambos os colégios, o perfil econômico dos estudantes é análogo, pois não há uma clara distância no poder aquisitivo familiar, embora a percentagem dos que são beneficiários de programas sociais do CELNB seja maior em relação ao CPM. Ademais, predominam o gênero feminino e a orientação heterossexual. No tocante a raça, predomina a negra.

Vale ressaltar, que essa política de inserir o modelo organizacional do CPM não se restringe aos colégios estaduais, havendo o reclame de várias prefeituras para o estabelecimento de convênio com a Polícia Militar, visando a adoção do modelo disciplinar do CPM nas escolas municipais, o que vem gerando inúmeras polêmicas e controvérsias. Como afirmei na monografia já citada, entendo que se o objetivo é, de fato, a melhoria da educação é um

¹¹ SEC/PMBA. Edital de Abertura de Inscrições n.º 001 — SEC/PM/2016-2017. Disponível em: [editalcpm2016-2017completo.pdf](#). Acesso em: 9 out. 2021.

equivoco restringir-se a essa tática como política pública. Os problemas na educação perpassam por questões estruturais inerentes à sociedade capitalista que não serão resolvidas apenas com disciplina.

A sociedade é dividida em classes sociais antagônicas. Enquanto perdurar essa estratificação as instituições sociais como a escola serão palcos deste antagonismo. Consequentemente, os donos do capital não medirão esforços para manter essa estrutura social e as estratificações que permitem cada vez mais a expropriação, quer seja coercitivamente, quer seja através do “consenso” mediante a internalização dos valores e da sociabilidade capitalista. Neste singular, a educação formal desempenha papel primordial. Como diz István Mészáros,

a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou "consenso" quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MESZÁROS, 2008, p. 45).

Colégio da Polícia Militar Prof. Carlos Rosa: “padrão CPM” e a normatização de comportamentos

A escola estadual Professor Carlos Rosa foi criada pela portaria nº 3.825, de 25/06/1993 e instalada no bairro Thompson Flores, em Alagoinhas, Bahia, atuando inicialmente com o nível fundamental. Em 04/06/2000 é implantado o ensino médio mediante o ato de criação nº 4507/00, de 03 e 04/06/2000. O governo estadual em 03 de maio de 2006, por meio do decreto de nº 9.995, torna o então colégio professor Carlos Rosa à gestão compartilhada com a PMBA. Assim, passa a ser denominado de Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa. Segundo Mota (2019) essa iniciativa buscava atender uma política do governador decorrente dos reclamos dos policiais militares e da demanda dos munícipes, de diversas cidades circunvizinhas.

Ao tornar-se colégio da Polícia Militar amalgamou-se a cultura escolar com a militar que tem como princípios básicos a hierarquia e a disciplina¹²; o civismo; o respeito as tradições militares. Segundo a legislação em vigor, o CPM de Alagoinhas, fazendo parte da rede estadual de ensino, recebe os mesmos recursos ofertados pelo governo federal e estadual aos demais colégios da rede¹³. Ademais, excetuando a matéria instrução militar integrante da grade curricular da rede CPM todas as demais disciplinas propedêuticas são ministradas por professores civis pertencentes à rede estadual. Assim, a estrutura organizacional é compartilhada com a secretária de educação e secretária de segurança pública, sendo dirigido por um oficial superior da PMBA. A parte pedagógica fica a cargo da direção e coordenação de professores e pedagogos civis da rede pública de ensino do Estado.

Diferente dos demais colégios estaduais da Bahia, o CPM tem uma seção específica chamada corpo de alunos ou unidade discente que trata do cotidiano disciplinar dos (as) estudantes. Para tanto, conta com um efetivo de policiais militares razoável que cuidam da vigilância do comportamento. Essa fiscalização ultrapassa os muros do colégio, sob o argumento da preservação da imagem da Instituição. A ênfase é no “padrão comportamental dos (as) alunos (as) do Colégio da Polícia Militar”. A unidade discente tem sua atuação consubstanciada no Regulamento Disciplinar do CPM (RDPCM). No preambulo o RDPCM alerta os discentes e seus responsáveis do enquadramento a esse “padrão comportamental” mediada pela hierarquia e disciplina (PMBA, 2013).

Conforme Foucault, para se alcançar a disciplina esperada é necessário criar regras, padrões e estabelecer critérios de avaliação deste enquadramento. Deste modo, ao tempo que se cria um “corpo social

¹² Para Paulo Freire é fundamental à vida e a perpetuação da democracia brasileira buscar a “disciplina no ato de ler, de escrever, de escrever e de ler, no de ensinar e aprender, no processo prazeroso, mas difícil de conhecer; a disciplina no respeito e no trato da coisa pública; no respeito mútuo” (FREIRE, 1997, p. 78). Portanto, a disciplina é de fundamental importância no processo de ensino/aprendizado.

¹³ Vale salientar que em razão de pertencer a rede de ensino da PMBA, além desses recursos recebido para a educação, o CPM recebe uma dotação orçamentária através da Secretaria de Segurança Pública destinada ao custeio das despesas com o efetivo policial militar dentre eles manutenção de viaturas, material de expediente etc. Embora, esse recurso não esteja ligado diretamente à educação, por conseguinte, pouco significativo para essa área, contribui sensivelmente para a manutenção do Colégio.

homogêneo”, também se individualiza permitindo a medição dos comportamentos considerados “desviantes” (FOUCAULT, 1987, p. 153-154). O Regimento Disciplinar do CPM discorre exatamente sobre essa perspectiva ao ressaltar que as normas disciplinares têm como escopo

especificar e classificar as transgressões disciplinares, enumerando as causas e circunstâncias que influem em seu julgamento, bem como enunciar as punições disciplinares estabelecendo uniformidade de critério em sua aplicação neste estabelecimento, tendo em realce os princípios de justiça e equidade¹⁴.

O regulamento disciplinar do CPM classifica o comportamento do discente por grau numérico, conforme o artigo 38: I. Excepcional – grau 10,0; II. Ótimo – grau 9,0 a 9,99; III. Bom – grau 7,0 a 8,99; IV. Regular – grau 5,0 a 6,99; V. Insuficiente – grau 2,0 a 4,99 e VI. Incompatível – grau abaixo de 2,0. O método baseia-se na penalidade e recompensa, que estabelece o número de pontos a serem deduzidos negativamente ou computados positivamente do grau numérico do comportamento. Deste modo, o “padrão comportamental”, que pressupõe a homogeneidade, acaba estratificando em “aluno padrão” e “aluno transgressor”. Assim, individualiza os comportamentos, pois afere as atitudes a partir do cômputo da numeração alcançada, premiando e estigmatizando quem se aproxima ou se afasta desse “padrão CPM”, como é chamado no currículo oculto. Para Foucault (1987, p. 153-154), o poder da norma precisa funcionar dentro de um sistema de igualdade formal, pois “dentro da homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais”. Assim, cada estudante ao ingressar no CPM é classificado no BOM comportamento, com o grau numérico 8. A partir das transgressões disciplinares cometidas ou através dos elogios recebidos essa numeração decresce ou aumenta, respectivamente conforme dispõe o RDCPM.

¹⁴ PMBA. Diretriz Educacional Nº 001, de 15 de janeiro de 2016.

Além disso, existem regras rígidas quanto ao uso do uniforme; corte de cabelo que são específicos para o gênero masculino e feminino; maquiagem etc. Isto demarca, claramente a concepção binária de gênero e a heteronormatividade predominante na nossa sociedade. Segundo Louro, a escola para manter a heteronormatividade busca dissimular, silenciar e negar a discussão sobre a sexualidade. Por outro lado, assume uma função ambígua, pois através da vigilância imprime essa norma mediante legislações e regulamentos no intuito de normalizar e construir as identidades de gêneros e sexo com base nos padrões estabelecidos (LOURO, 2000). Ressalta Louro, entretanto, “que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder” (LOURO, 1997, p. 33). No CPM não é diferente. Segundo Mota (2019), a percepção das opressões de raça, orientação sexual e gênero pelos estudantes do 3º ano do ensino médio do CPM Prof. Carlos Rosa não diferem da percepção dos estudantes de outros colégios da rede estadual de ensino como o Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito.

A seção corpo de aluno tem efetivamente o protagonismo na aplicação do poder disciplinar militar. Sua atuação perpassa por uma constante vigilância dos discentes por parte de policiais militares, quer seja no âmbito interno ou fora do colégio ou nas redes sociais etc. No cotidiano a prática é verificar as “transgressões” disciplinares dos alunos, bem como avaliar os destaques dos comportamentos esperados pela norma do colégio. Contudo, a preocupação com a disciplina não se restringe ao corpo de alunos. Ela é compartilhada e incentivada por toda comunidade escolar (gestores (as), professoras (es), pais e responsáveis). Para Foucault (1987, p. 147), “a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”. Ademais, a vigilância do poder disciplinar constrói determinada concepção de sujeito, submetido que está à normatividade construída pela sociedade afetando não apenas o vigiado, mas também o vigia, isto é, todos aqueles que construíram uma concepção do sujeito a partir de determinadas condutas esperadas. Possivelmente, essa normatização de comportamento afetam as relações de gênero, raça e orientação sexual.

Por outro lado, uma matéria escolar denominada instrução militar,¹⁵ que compõe a parte diversificada da grade curricular, ministrada exclusivamente por policiais militares propõe inserir os discentes na cultura militar. Os conteúdos formativos desta matéria são ordem unida, regulamento disciplinar do CPM, manual do aluno CPM, hinos, canções e símbolos nacionais, história e função da PMBA, comunicação e suas formalidades, noções dos ramos do direito, enfatizando os seguintes temas:

direito constitucional: origem, conceito e natureza; constituição: origem e conceito; conceito de hierarquia das leis; direitos e garantias fundamentais; ações constitucionais; direitos sociais; nacionalidade; da organização dos poderes; estatuto da criança e do adolescente (objetivo, conceito de criança e de adolescente, direitos e deveres, ato infracional e crime, imputabilidade e inimputabilidade, prisão e apreensão, programa jovem aprendiz, trabalho infantil e trabalho escravo); conceito de direito penal; princípios do direito penal; conceito de crime, noções de direito: sujeitos ativos e passivos da conduta criminosa; tipo penal; classificação dos tipos penais; direitos políticos e noções de direito eleitoral; carta universal dos direitos humanos; o conceito de direito natural e sua influência nos direitos humanos; evolução histórica do conceito de direitos humanos; principais documentos de direitos humanos e sua cronologia; direitos humanos e sua influência; constituição federal e sua influência nos direitos humanos (OLIVEIRA, 2018, p. 44).

Conforme Oliveira (2018, p. 28), o intento dessa matéria é “possibilitar uma postura comportamental alinhadas de forma reflexiva e

¹⁵ É através dessa matéria que os discentes são socializados na cultura militar, sobretudo, conhecendo os valores, hierarquia, disciplina, ética e civismo, inerentes a essa cultura. A interação entre essa cultura militar e outros aspectos da cultura, bem como as noções dos diversos ramos do direito, não autoriza mais denominá-la como Instrução Militar no universo do cotidiano escolar do CPM. O que caberia adequadamente seria denominá-la como “disciplina pré-policia militar”, em razão da sua aproximação a grade curricular da formação dos quadros da PMBA e em virtude da matéria ser ministrada por policiais militares a partir das experiências pedagógicas próprias à sua formação. Inclusive, sem o aporte dos materiais didáticos e/ou suportes pedagógicos que possuem as outras disciplinas do currículo oficial, cujas orientações são subsidiadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

contínua com os preceitos dos direitos humanos, assegurando aos alunos uma aprendizagem significativa das garantias democráticas, individuais e coletivas”. Na matéria pré-policia militar, os seus conteúdos – sobretudo as noções dos principais ramos do direito e dos temas transversais – tem a finalidade de tornar cada discente “um cidadão cumpridor de seus deveres e conhecedor de seus direitos, um eficiente cidadão e um trabalhador disciplinado, útil e produtivo” (SANTOS, 2010, p. 23).

Assim, a matéria pré-policia militar não se resume necessariamente ao universo militar. Mas ao diálogo com temas inerentes à formação humana, possivelmente, impactando na adesão das múltiplas identidades constitutiva do indivíduo. A disciplina ensinada e cobrada dos (as) discentes em sua vida de aluno (a) CPM (AL CPM) é pedra angular para a caracterização do colégio cívico-militar, sobretudo, na construção de um “padrão comportamental do estudante CPM” – que ninguém define ao certo, mas todos sabem do que se trata.

O “padrão CPM” aos olhos da comunidade escolar

A ênfase na disciplina e, por conseguinte, na normatização de comportamentos – inclusive, nos sinais diacríticos representado pelo uniforme, no corte de cabelo, maquiagem –, ao que tudo indica, cria certos estereótipos acerca do CPM, sobretudo, concernentes a comportamentos. A escola – não apenas as escolas cívico-militares, mas sobretudo elas –, enquanto espaço de socialização dos valores e da ideologia da classe dominante reforça esses estereótipos e silencia as heterogeneidades. Neste singular, a escola naturaliza dicotomias antagônicas como teoria/prática, ensinar/aprender, masculino/feminino, branco/não-branco, heterossexual/homossexual, refletindo as relações de poder da sociedade gendrada, onde os primeiros termos têm prevalência sobre o segundo.

Um deles é vê-lo enquanto um tipo de “reformatório juvenil”. Muitos pais ao matricularem seus filhos (as) nutrem a doce ilusão de que o CPM “corrija” o comportamento do (a) filho (a) em razão do regime disciplinar.

Hércules, autodeclarado homossexual¹⁶, por exemplo, ao ser questionado durante a entrevista sobre a razão dos pais o inscreverem no processo seletivo do CPM, respondeu que:

Acho porque na época estava muito indisciplinado, porque antigamente nos outros colégios eu brincava demais. Aqui eu também no início brinquei muito, né, mas depois eu melhorei bastante. Acho que a visão deles era essa. Ter disciplina, responsabilidade com horário. Achei importante essa passagem no CPM.

Entrei no CPM no 7º Ano e antes de entrar estudava em uma escola particular. A minha trajetória no CPM foi boa. Em relação à disciplina militar no início não gostava muito porque era menor e tinha que ficar marchando e tomando aula, mas depois de algum tempo, já no 1º e 2º Ano, vi que isso ajudava de certa forma a ter uma visão sobre a responsabilidade, o dever e a disciplina.

Observei nas reuniões de pais e em conversas informais com candidatos a uma vaga no colégio que esse era um dos motivos mais frequentes para matrícula no CPM.

Alexandre, autodeclarado homossexual, narra que,

entrei no militar¹⁷ por meio do sorteio, no 2º ano do ensino médio em 2016, tinha 16 anos, no primeiro momento que minha mãe disse que eu iria para o militar eu fiquei com muita raiva, pois eu desde a 1ª série do ensino fundamental, estudei em colégio particular, fiquei com medo também por conta do que as pessoas diziam, que tinha que lavar banheiro, varrer sala, entrar em forma, e dos policiais que eram muito rigorosos, portanto, seria difícil uma pessoa que estudou a vida toda num colégio particular, ir para um público com todas essas características. Contudo depois que fui me acostumando com a ideia, vi que não era aquilo que o pessoal dizia. No militar eu conseguir amadurecer, encontrei pessoas

¹⁶ Na redação da pesquisa, optei por identificar os entrevistados por pseudônimos.

¹⁷ “Militar” é como o senso comum em Alagoins denomina o Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa.

maravilhosas, que me ajudaram em todos os aspectos, o ensino foi bom, por mais que seja um colégio público, eles [professores] se preocupam muito com os alunos [...] (acréscimo meu)

Elektra – que se autodeclara como heterossexual, relata que,

Entrei no CPM no 2º ano do ensino médio, com 15 anos, então me adaptar foi um pouco difícil, pois eu já vinha de outros colégios que tinham outra metodologia de disciplina. [...]. Muitas pessoas são contra a rigidez e a disciplina, mas hoje vejo como elas me beneficiam em questão de ser organizada e criar uma rotina na faculdade, além de lemas que levarei para o resto da vida, desde disciplina até o respeito que aprendemos ter no CPM.

Por sua vez, Odin, que se assume pansexual, atualmente estudante de psicologia de uma universidade pública, durante a entrevista afirmou que carrega um sentimento de pertencimento ao CPM. E quando diz que foi aluno desse colégio,

algumas pessoas esperam sim que você seja uma pessoa totalmente disciplinada porque as pessoas fora daqui; As pessoas têm uma visão diferente de quem está dentro. Então a visão que eles têm de fora é de uma pessoa ali. Eu acho que mecânica então se você é uma pessoa mais afetiva se você é uma pessoa que tem coisas que não são comuns do militarismo já olha estranho acha que não é dono do padrão do CPM nem se enquadra no modelo. Eu acho que a pessoa já se acha que não se enquadra no modelo. Eu acho que na verdade o problema está ali de como é passado esse modelo para fora e como é pensar esse modelo para quem está aqui dentro. Se as pessoas de fora vissem como realmente é aqui dentro acho que elas teriam essa visão menos estereotipada.

Nos depoimentos, se observa o receio dos (as) candidatos (as) antes de ingressarem no CPM, em virtude de uma visão estereotipada do cotidiano

daquele colégio. Contudo, durante o processo de socialização vão internalizado a cultura militar, sobretudo, a disciplina e passam a ter outro olhar¹⁸.

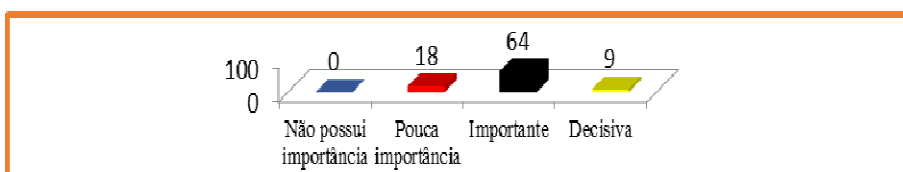
Segundo Paulo Freire (1997, p. 78), para uma boa educação é necessária uma “disciplina no ato de ler, de escrever, de escrever e de ler, no de ensinar e aprender, no processo prazeroso, mas difícil de conhecer; a disciplina no respeito e no trato da coisa pública; no respeito mútuo”. O patrono da pedagogia brasileira ressaltava que deve haver um equilíbrio entre a liberdade e a autoridade. Para ele,

Ninguém aprende tolerância num clima de irresponsabilidade, no qual não se faz democracia. O ato de tolerar implica o clima de estabelecimento de limites, de princípios a serem respeitados. Por isso a tolerância não é convivência com o intolerável. Sob regime autoritário, em que a autoridade se exacerba ou sob regime licencioso, em que a liberdade não se limita, dificilmente aprendemos a tolerância. A tolerância requer respeito, disciplina, ética. O autoritário, empapado de preconceitos de sexo, de classe, de raça, jamais pode ser tolerante se não vencer antes seus preconceitos. É por isso que o discurso progressista do preconceituoso, em contraste com sua prática, é um discurso falso (FREIRE, 1997, p. 39-40).

Paulo Freire chama a atenção para o fato de que a tolerância não pode ser aprendida arraigada ao respeito às diferenças e a uma disciplina ética, num ambiente em que a “liberdade não se limita” ou a “autoridade se exacerba”. Deste modo, para combater o preconceito de sexo, de classe e de raça é necessário que a tolerância surja em um clima de estabelecimento de limites e princípios a serem respeitados. Os docentes do ensino médio do CPM que responderam os questionários revelaram uma visão positiva sobre a disciplina policial militar, como se vê no gráfico abaixo.

¹⁸ Alguns desses alunos (as) no período pesquisado eram oriundos de escolas particulares. É possível que essa transferência para a escola pública decorreu da precarização do trabalho a partir de 2016 que atingiu inclusive a pequena burguesia.

Gráfico 1– Contribuição da disciplina militar no processo ensino/aprendizado
% – Docentes COM



Fonte: Mota, 2019.

Como se vê no gráfico elaborado por Mota (2019), dos docentes pesquisados 64% acham a disciplina militar importante no processo pedagógico e 9% decisiva. Ao que parece, a disciplina favorece a convivência escolar, porém por si só não evita os preconceitos arraigados nas hierarquias sociais que estruturam a sociedade capitalista. O aluno Hercules afirmou ter presenciado a prática de “Bullying” entre os colegas, inclusive, com agressões físicas. Relata que a posição do colégio em relação ao fato foi punir os contendores. Alexandre, narra um episódio que viu e considerou ter sido um ato de preconceito em relação à orientação sexual,

Quando tinha alguns momentos de lazer no militar, sempre tinha apresentações de dança, canto. Eu tenho um amigo que gosta muito de fazer essas apresentações. Nos jogos do ano retrasado, ele e seu grupo estavam se apresentando; eu estava ao lado de um militar, que estava de braços cruzados. Teve um momento em que meu amigo começou a rebolar por conta da coreografia, então neste momento quando olhei para o militar, ele olhou para meu amigo, fez uma cara de nojo, balançou a cabeça como forma de negação e saiu. Para mim isso é uma forma de demonstrar preconceito, pela feição dele, era perceptível que ele estava xingando meu amigo nos seus pensamentos.

Odin discorrendo sobre preconceitos de raça, orientação sexual, de gênero no âmbito do ginásio relata que, “nunca me envolvi com pessoas que tivessem feito alguma coisa comigo. Agora [...] eu vi acontecer com outras

peças. Eu vi sim acontecer de aluno para mim. Nunca vi policial ou professor fazer; agora os alunos sempre tinham uma brincadeira de mau gosto uns com os outros”. Nestes casos, Odin salienta que os discentes eram sempre repreendidos; “inclusive nos anos mais recentes foi sempre mais pautado isso, inclusive com palestras. [...] Então acho que foi sempre repreendido isso da parte administrativa do colégio”.

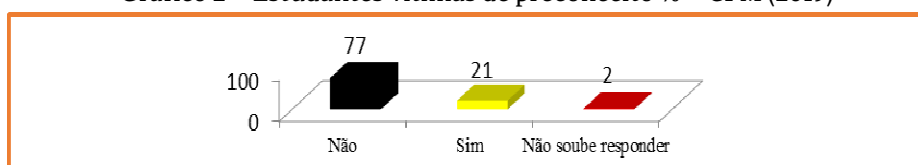
O CPM trata os diversos preconceitos como transgressão disciplinar como se vê em diversos incisos do artigo 152, do regimento escolar dos CPM. Essas transgressões podem ensejar penalidades correspondentes a uma pontuação que são deduzidas do valor numérico do comportamento de cada aluno (a), de acordo a natureza da transgressão. Segundo o artigo 162 do mesmo regimento as penalidades são: I – advertência: 0,10 pontos; II – repreensão: 0,20 pontos; III – suspensão sem prejuízo das atividades escolares: 0,50 pontos; IV – suspensão das atividades escolares: 1,00 ponto. Ademais, o discente fica sujeito a transferência compulsória a depender da gravidade de cada fato, como se vê no artigo 164. Mas não é apenas com punição e prêmio que o CPM lida com tais questões. Como se vê nas palavras de Odin também são realizados eventos¹⁹ e palestras que fomentam à reflexão sobre a diversidade. Além disso, a própria ementa da matéria instrução militar, como vimos acima, traz em seu bojo temas que permitem os (as) estudantes debaterem sobre as relações de gênero, raça e orientação sexual. Aliás, fato que não passa despercebido pelo aluno “Odin”. Para ele a matéria instrução militar traz conhecimento, sobretudo, na área de direito que permite refletir sobre essas relações. Contudo, os preconceitos estão presentes no cotidiano escolar pelas razões já apontadas.

Como disse anteriormente, a representação sociológica dos estudantes do 3º Ano do ensino médio é plural no tocante a raça, gênero, orientação sexual e condição socioeconômica. Embora em termos de gênero predomine o feminino, em relação à raça, a negra, orientação sexual a hetero e condição socioeconômica a classe “d”, segundo classificação do IBGE. Traçar

¹⁹ Para conhecer alguns exemplos de tais eventos ver: Célio de Souza Mota. *A disciplina “pré-policia militar” no CPM Alagoinhas*.

esse perfil do estudante nos permite entender a sua percepção das relações de gênero e raça no cotidiano escolar a partir, notadamente, de seu lugar social. Isto contribui para entender a percepção dos preconceitos que esses marcadores sociais ensejam. Assim, dos questionários pude extrair alguns dados quantitativos.

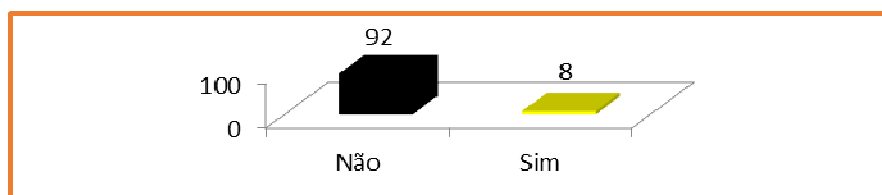
Gráfico 2 – Estudantes vítimas de preconceito % – CPM (2019)



Fonte: Mota, 2019.

O gráfico revela que 77% dos estudantes nunca sofreram qualquer tipo de preconceito em virtude de orientação sexual, gênero ou raça. Entretanto, 21% alegaram ter sofrido e 2% não souberam responder ou não quiseram. Em números absolutos significa que dos cinquenta e dois alunos (as) que estavam no 3º ano do ensino médio em 2019, quarenta não sofreram preconceito, 11 sofreram qualquer tipo de preconceito e 1 não opinou. Dos ex-alunos, que concluíram o ensino médio em período anterior a 2019, todos afirmaram não ter sofrido discriminação ou preconceito, por conta da sua orientação sexual, raça ou gênero. Contudo, durante a entrevista um deles alegou ter sofrido preconceito não apenas de colegas, mas também de policiais militares. Muito embora tenha declarado que os policiais militares agem de forma sutil mediante olhares, gestos, em razão de estarem sob o regulamento disciplinar militar que proíbe a discriminação.

Gráfico 3 – Discentes que presenciaram algum tipo de preconceito % – CPM (2019)



Fonte: Mota, 2019.

Este gráfico está em consonância com o gráfico 2 e confirma o arrazoado pretérito. No ano de 2017 houve cinco punições e em 2018 duas punições em razão de preconceito. Dos estudantes questionados 8% presenciaram alguém sofrer punição disciplinar por fatos ligados ao preconceito. Em números absolutos 4 estudantes dos 52 viram discentes preconceituosos serem punidos. Este fato é relevante, pois racismo é crime. Ademais, a homofobia, agora, também é preconizada na mesma lei penal. Assim, para a criança e adolescente esses crimes são considerados ato infracional conforme o artigo 103º da *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como ECA* – Estatuto da Criança e do Adolescente. Deste modo, se o preconceito de um estudante menor se transformar em uma atitude discriminatória e chegar à violência física, psicológica e moral estaria sujeito à exclusão disciplinar conforme o Regimento escolar dos CPM. Por outro lado, o debate do Estatuto da Igualdade Racial presente no currículo da matéria Instrução Militar é básico para a construção de uma ética, que como aponta Freire (1996, p. 10), “se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe”.

A cultura organizacional do CPM não gera sentimento de pertencimento a profissão policial militar. Dos cinquenta e dois alunos do 3º Ano do ensino médio do CPM questionados se desejariam ingressar na PMBA após conclusão do ensino médio, apenas dois disseram que sim. 47 (quarenta e sete) alunos e alunas responderam que almejam realizar o ENEM, ingressar em uma Universidade e seguir carreira acadêmica. Como se vê, o CPM não alcança o objetivo para o qual historicamente foi criado: formar quadros para as fileiras da PMBA. Porquanto, não consegue despertar “o gosto e a vocação para a carreira militar na Corporação”, preconizado no inciso VI do artigo 5º do Regimento escolar dos CPM.

Em suma, o corpo docente e discente tem uma visão positiva acerca da disciplina. Não a veem, portanto, como inibidora do senso crítico. Os discentes não deixam de enxergar certo “autoritarismo” nas relações com os policiais militares que atuam no controle da disciplina. Atribuem a esse fato

dois aspectos: primeiro, a falta de preparo dos policiais em lidar com adolescentes, pois os tratam como se fossem militares; segundo, acham que esse “autoritarismo” decorre da personalidade de cada policial e não da cultura organizacional. Embora citem exemplos de cerceamento da liberdade de expressão ocorridos em alguns eventos durante o período pesquisado. Aliás, o regimento escolar do CPM considera transgressão disciplinar, a manifestação coletiva de caráter reivindicatório ou de crítica, como se vê no inciso XXXV no § 2º do artigo 152.

Mário Sergio Cortella arrazoa que “uma pessoa que sai de uma escola militar na educação básica, sai com uma formação científica sólida” (FERRAZ, 2018). Porém, alerta para se evitar a “disciplina militarizada porque ela tem outro tipo de objetividade”.

À guisa de conclusão

Enfim, a disciplina militar empregada no CPM Professor Carlos Rosa não está lastreada em uma obediência e hierarquia “cega”. O que se exige é uma disciplina consciente. É o equilíbrio entre liberdade e autoridade. Logo, não inviabiliza o senso crítico. Isto pode ser observado não apenas nos colégios da PMBA, mas também em Colégio Militares (PUTTI, 2018).²⁰ Isto não significa que o cotidiano não esteja imerso em tensões e conflitos acerca da liberdade de expressão e manifestação de orientação sexual, raça, identidade de gênero, sobretudo, o transgênero.

Os problemas que ocorrem naquele colégio são semelhantes a qualquer outro da rede pública estadual. Tanto em termos das condições materiais de trabalho, qualificação profissional, quanto nas relações sociorraciais e de gênero. Isso decorre da própria formação socioeconômica e sua versão neoliberal que dialoga hodiernamente com o fascismo. Toda escola

²⁰ A revista Carta Capital e outros veículos de comunicação noticiaram a postura política da aluna Marina Reis, do Colégio Militar da Tijuca, Zona Norte do RJ que protestou nas redes sociais contra o atual presidente em razão dos cortes de verbas na educação quando este participou da cerimônia de comemoração dos 130 anos da instituição. Durante a cerimônia vários alunos e familiares protestaram contra o corte de verbas. A revista Carta Capital destaca que a aluna foi homenageada naquela cerimônia “pelo seu desempenho e defesa de valores éticos e morais da instituição”. Assim, mesmo tendo internalizado a cultura militar, o senso crítico, ao que tudo indica, não foi cerceado.

é um palco de lutas e o CPM não é diferente. Os discentes percebem as relações tensas inerentes aos marcadores sociais, mas não olvidam em demarcar suas identidades. Não obstante, o regulamento disciplinar busque homogeneizar comportamentos, no olhar do corpo docente e discente a disciplina não anula o sentimento de pertencimento a esses marcadores.

As questões que permeiam a educação escolar estão arraigadas no nosso processo histórico marcado pela expropriação e exploração de classe que reforça as opressões extraeconômica como o racismo, a misoginia, o patriarcado. Como ressaltam os discentes, o colégio tem seus pontos positivos e negativos. O fato da disciplina contribuir no rendimento escolar, inclusive, nos exames de avaliação da educação básica não constitui por si só argumento suficiente para adoção da cultura organizacional dos colégios cívico-militares para solucionar os problemas da educação no Brasil. Como salienta István Mészáros,

Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções "não podem ser formais; elas devem ser essenciais". Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Referências

BAHIA, Decreto nº 16.765, de 9 de abril de 1957.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. *Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999*. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.

CARTA CAPITAL. “*Militarizar as escolas é a solução para a educação?*” 23 de abril de 2019. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/militarizar-as-escolas-e-a-solucao-para-a-educacao-2/>. Acesso em: 24 abr. 2019.

DIÁRIO OFICIAL nº 7148 e 7149, de 17/18 /07/1965.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Portaria nº 079-EME*, de 13 de julho de 2000. Manual de Campanha C 22-5 – Ordem Unida, 3ª Edição, 2000.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Regulamento dos Colégios Militares (R-69)*. Portaria nº 042, de 6 de fevereiro de 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO/CSM. *Manual do candidato*. Disponível em: <https://www.pciconcursos.com.br/concurso/colégio-militar-de-salvador-ba-40-vagas>> Acesso em: 27 jun. 2019.

FERRAZ, Ricardo. “Entrevista com Mário Sérgio Cortella: ‘Quem não gostaria de ver excelência de escolas militares em todo o ensino?’”, 18 novembro 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46158479?fbclid=IwAR3830RvIWMFnETZKPHCQqWvLwJjw1v0g9lyPEKWsZSrFT5C2IQfrVrY9rs>. Acesso em: 21 nov. 2018.

FERREIRA, Sônia Maria Moraes. O Protagonismo de Jovens no Ensino Médio do Colégio Militar de Salvador: compreendendo “atos de currículo” em experiências socioculturais de formação. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2012.

FOCAULT, Michael. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: OLHO D’água, 1997.

IFBA. *Edital de abertura de inscrição do processo seletivo IFBA 2019 - Cursos Técnicos – Forma Integrada*. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/processos-eletivo2019/arquivos/pdfs/integrado/edital_prosel-2019_forma-integrada-rev03.pdf. Acesso em: 26 Jun. 2019.

JESUS, Andrea Reis de. O Colégio da Polícia Militar da Bahia e a Força das Tradições (1957-1972), XXIX Simpósio de História Nacional. Contra os preconceitos: História e democracia. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502742388_ARQUIVO_ColegiodaPoliciaMilitardaBahia.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.

JESUS, Andréa Reis de. *Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia: formando brasileiros e soldados (1957-1972)*. Dissertação (Mestrado em Educação) -

Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
Jesus 2017

JULIA, Dominique. “A Cultura Escolar como Objeto Histórico”. *Revista brasileira de história da educação*. São Paulo, n. 1, p. 9-39, janeiro/jun, 2001.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar: a pedagogia do armário*. In: SILVA, Fabiane Ferreira da & MELLO, Elena Maria Billig (Org.). *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na Educação*. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011.

LAVELBERG, Catarina. Violência na escola: O currículo pode ser um recurso potente para encarar esse tema difícil e promover ações concretas com os alunos. *Nova Escola*. 1 de agosto de 2012. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/317/violencia-na-escola>. Acesso em: 21 Jun. 2019.

LDB: *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. “*As Teorias Pedagógicas Modernas Resignificadas pelo debate Contemporâneo na Educação*”. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/Espacodoaluno/PET-programadeEducacaoTutorial/Pedagogia/capitulo-libaneo.pdf> Acesso em: 13 Mar. 2019.

LIMA, Maria Nazaré Mota de (Org.). *Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores/as em história e cultura afro-brasileira e africana*. 3. ed, São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2012.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, Gênero e Sexualidade*. Porto: Porto editora LDA, 2000.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. *O ensino no exército brasileiro: histórico, quadro atual e reforma*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

MACEDO, Roberto Sidnei. *A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. Salvador: EDUFBA, 2000.

MENEZES, Denise Brasil. *A Importância da Disciplina existente no Colégio Militar em Goiás como fator de redução da Violação dos Direitos Humanos*. Proposta do Pré-projeto de pesquisa-intervenção (monografia) – Universidade de Brasília, EF, 2015.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MILANEZ, Milton. “A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista” In: SARGENTIN, Vanice e NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da Linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004. p. 183-200.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Educação Militar no Brasil: Um breve histórico. *Revista CAMINE: Caminhos da Educação*, Franca, v. 6, n. 1, 2014. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1052>. Acesso em: 1 dez. 2017.

OLIVEIRA, Ana Flávia Ferreira de Brito. *Orientações do Componente Curricular Instrução Militar*. Salvador: PMBA/CPM, 2018.

PMBA. Diretriz Educacional Nº 001, de 15 de janeiro de 2016. *Aprova o Regimento Escolar dos Colégios da Polícia Militar da Bahia e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/images/files/REGIMENTO%20INTERNO%20DOS%20CPM.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PMBA. *Regulamento Disciplinar da Rede CPM*. Disponível em: http://www.pm.ba.gov.br/index.php?view=article&catid=192%3Ainstitucional&id=2552%3Ardcpm&format=pdf&option=com_content&Itemid=714. Acesso em: 30 Mai 2019.

PUTTI, Alexandre. “*Ele não*”, protesta aluna de colégio militar homenageada pelo governo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ele-nao-protesta-aluna-de-colegio-militar-homenageada-pelo-governo/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

QUEIROZ, Cássia. “As mulheres na Polícia Militar da Bahia: nossa história e estória!” In: NETO, Jaime Pinto Ramalho (Org.). *Mulheres na SSP-BA: 60 anos de história e trajetória*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2017.

Redação Se liga Alagoinhas com Alta Pressão. “Com integração do Polivalente, CPM Alagoinhas abre 480 vagas novas para 2018.” 18 jan. 18. Disponível em: <https://www.seligaalagoinhas.com.br/2018/01/18/com-integracao-dopolivalente-cpm-alagoinhas-abre-480-novas-vagas-para-2018/>. Acesso em: 13 Jun. 19.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. *A Genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2010.

SEC/BA. *Portaria nº 5.872, de 15 de julho de 2011*. Regimento Escolar das unidades escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino e dá outras providências. 2011.

SEC/NTE-26/ Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia. *Carta Aberta*. Disponível em: <https://www.aplbsindicato.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Carta-Aberta.29.03.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

SEC/PMBA. *Edital de Abertura de Inscrições n.º 001 - SEC/PM/2016-2017*. Disponível em: [editalcpm2016-2017completo.pdf](#). Acesso em: 9 out. 2021.

SILVA, Fabiane F. da; MELLO, Elena M. B. (Org.). *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na Educação*. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011.

VEIGA, João M. *“Militarização” da escola pública. Solução? entrevista com a Profa. Virginia Maria Pereira de Melo coordenadora do FEE-Goiás.* 03 Ago. 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao>. Acesso em: 26 Jun. 2019.

Recebido em 21 de maio de 2021.

Aceito em 18 de junho de 2021.